

# Feministas históricas e novas feministas no Brasil

*Miriam Pillar Grossi\**

**Resumo.** Observa-se, a partir dos anos 90, um significativo crescimento do feminismo no Brasil. O movimento, que nos anos 70 e 80 restringia-se a uma vanguarda de jovens mulheres intelectualizadas das camadas médias urbanas, abarca hoje mulheres de diferentes camadas sociais tanto no meio rural, como no urbano, assim como mulheres de diferentes gerações. A partir de uma pesquisa empírica exaustiva, a autora constrói uma tipologia geracional do movimento feminista brasileiro, tendo como grupos de referência as feministas históricas e as novas feministas.

## Introdução

A questão geracional é uma das importantes questões debatidas atualmente no interior do movimento feminista internacional, marcado pela participação de mulheres engajadas entre o final dos anos 60 e o início dos anos 80, mulheres que tinham na época menos de quarenta anos — nascidas, em sua imensa maioria, nas décadas de 40 e 50. Em encontros feministas, nos quais são feitas avaliações dos avanços e retrocessos do movimento, lamenta-se seguidamente que “não existe uma renovação no movimento”, “que os jovens de hoje desconsideram os avanços conquistados pela geração de mulheres que as precederam e que, por isso, não se interessam pela militância feminista” ou “que o movimento está envelhecendo”. Essa falta de renovação dos quadros do movimento significa, para muitas, que, passados quase 30 anos de lutas feministas contemporâneas, haveria um envelhecimento significativo das militantes.

No meu entender, ao invés de “envelhecer” e “estagnar” o feminismo brasileiro está passando por um significativo aumento de militantes de diferentes faixas etárias: tanto de jovens com menos de trinta anos, como de

---

\* Miriam Pillar Grossi é professora da Universidade Federal de Santa Catarina.

mulheres de mais de sessenta anos, deixando de ser um movimento identificado apenas com mulheres de uma única geração. Essa significativa ampliação do número de mulheres identificadas com o feminismo no Brasil deve-se a inúmeras razões de ordem histórica, social e política. Entre elas destaco:

- a ampliação de espaços de militância e de participação política formal;
- a possibilidade de obter formação política e acadêmica no campo de estudos de gênero;
- a institucionalização das lutas das mulheres no decorrer dos últimos quinze anos, pela criação de serviços e instituições de atendimento às mulheres; e
- o aumento de empregos relacionados com as “questões das mulheres”.

Faço essas constatações a partir dos resultados de uma vasta pesquisa sobre o movimento feminista brasileiro, realizada pelo Núcleo de Gênero e Subjetividade da UFSC, no primeiro semestre de 1995, elaborada com dados quantitativos obtidos a partir da consulta a 1.111 grupos e instituições que atuam em questões relacionadas às mulheres em todos os estados brasileiros. O questionário enviado a esses grupos dividia-se em duas partes: uma objetiva, outra discursiva. Na primeira parte, solicitávamos informações sobre a composição do grupo, ano de fundação, número de participantes, recursos financeiros, publicações, atividades privilegiadas, participação em conferências e manifestações mais personalizadas do grupo: como funcionava administrativamente, as relações entre as participantes, seus projetos e reflexões etc.

Recebemos resposta de 162 grupos — 17% do total de questionários enviados. Desse total, 15 grupos não se enquadravam em nossa investigação, pois não tinham nenhum trabalho ou projeto de atuação com mulheres ou com questões ligadas às relações de gênero. O Quadro I, a seguir, ilustra nossa classificação dos grupos.

Além dos dados obtidos pelas respostas ao questionário, completamos nossas informações com a observação, em várias capitais brasileiras, das manifestações do Dia Internacional da Mulher, durante a semana do 8 de março de 1995, recolhendo panfletos, cartazes e reportagens na imprensa. Da mesma forma, acompanhamos os preparativos brasileiros à Conferência de Pequim — encontros, reuniões, debates e documentos — durante mais de um ano, constatando a impressionante mobilização nacional em torno da “articulação feminista”, nome dado à organização das mulheres em torno da Conferência. Ao observar as mobilizações de 1995, tanto durante a semana do 8 de março, como nos encontros preparatórios da IV

## Quadro 1

## TIPOS DE GRUPOS

Grupo	Total
ONG	45
Associações	55
Núcleos	19
Sindicais	11
Grupos Governamentais	17
Outros	15
Total de respostas	162

Conferência Mundial da Mulher — que aconteceu em setembro, em Pequim, sob os auspícios da ONU —, constatamos que houve um aumento significativo de militantes do campo feminista brasileiro, no decorrer dos anos 90. Mas, apesar dessa ampliação do número de mulheres identificadas com as lutas do movimento, nem todos os grupos consideram-se como parte do movimento feminista, preferindo dizer que fazem parte do movimento de mulheres, ou grupos de gênero, como mostram os resultados do Quadro 2, a seguir.

## Quadro 2

## AUTO-IDENTIFICAÇÃO DOS GRUPOS

Auto-designação	Total
Grupo de mulheres	53
Grupo feminista	22
Grupo de gênero	23
Mulheres e gênero	8
Mulheres e feminista	7
Mulheres, gênero e feminista	9
Total de respostas	147

Neste texto, retomo algumas das pistas de investigação que emergiram dessa pesquisa, particularmente no que diz respeito à diversidade do movimento atual, detendo-me na problemática da militância de mulheres de diferentes gerações e na designação desse movimento, já que englobava grupos de mulheres, feministas e de gênero. No entanto, a partir dos referenciais de análise teóricos do feminismo, consideramos que todos esses grupos fazem parte do movimento feminista, uma vez que todos apontam a “igualdade” entre homens e mulheres como projeto político, identificando-se, portanto, ao ideário feminista do final do século XX. Contudo, mesmo nos grupos que preferem não se classificar como “feministas”, raras eram as participantes que recusavam a auto-identificação de “feministas”, dizendo, como era comum referir-se na primeira década do movimento, “não sou feminista mas feminina”. Em vista disso, constatamos que nem sempre a identidade individual das militantes correspondia à auto-designação dos grupos. Diferentemente dos anos 80, quando era nítido o contraste entre as militantes do movimento de mulheres que se diziam “femininas” em oposição à reivindicação das militantes feministas pela auto-designação de “feministas”, nos anos 90, quase todas se dizem “feministas”, mas se distinguindo de alguns estereótipos vinculados a essa categoria, como o de mulheres “que queimam sutiãs”, “que não gostam de homens”, ou “que não gostam de parecerem mulheres”.

Para fins analíticos, escolhi neste texto classificar as mulheres militantes desse vasto movimento que chamamos de movimento de mulheres/feministas/de gênero, em dois grupos. Um primeiro grupo, que se auto-identifica e é reconhecido como o de feministas históricas; e um segundo, muito mais fragmentado, que se compõe pelas novas feministas.

No primeiro grupo, o das feministas históricas, encontram-se aquelas que participaram das mobilizações do período conhecido como a “primeira década da mulher”, entre 1975 e 1985, engajadas no movimento feminista “autônomo”, há mais de 15 anos, e que estão hoje na meia-idade. Essas mulheres, que no período de sua adesão ao feminismo, no final dos anos 70, militavam em suas horas vagas em diferentes grupos feministas sem receber nenhuma remuneração, tornaram-se, progressivamente, assalariadas da causa das mulheres. Esse assalariamento deu-se de diferentes formas: tanto pela profissionalização de alguns antigos grupos autônomos que se transformaram em reconhecidas Organizações Não-Governamentais, como pela criação de espaços feministas em diferentes instituições, como no serviço público e na Universidade.

No segundo grupo, o das “novas feministas”, encontram-se tanto mulheres mais jovens, como mulheres mais velhas que as do grupo das “feministas históricas”. Esses dois grupos integraram-se no movimento feminista durante a segunda década da mulher, entre 1985 e 1995, mas foi sobretudo a partir das mobilizações para a Conferência de Pequim que aparecerão publicamente e se reconhecerão no feminismo. No próximo item, farei uma rápida retrospectiva a respeito das mobilizações feministas, no Brasil, para essa Conferência e as implicações da participação brasileira para a ampliação do campo de ação, do tipo de militante e de atuação das mulheres de diferentes gerações.

## 1. Dos anos 70 à Conferência de Pequim

O ano de 1968 é um marco simbólico para o surgimento do “novo feminismo”, em vários países do mundo. No bojo das manifestações políticas daquele momento, levadas a cabo sobretudo por jovens nascidos no pós-Guerra, surgem inúmeros grupos de mulheres que lutam por sua libertação, grupos que se autodenominarão feministas, articulando seu ideário com as lutas políticas das mulheres do final do século XIX. Desde o início, há no interior desse movimento, várias correntes políticas e ideológicas que se enfrentam. No bojo das reivindicações do movimento feminista, a ONU organiza, em 1975, no México, a Primeira Conferência Mundial da Mulher, um momento a partir do qual se convencionou classificar as reflexões sobre as conquistas das mulheres em “primeira década” da mulher — 1975 a 1985.

O feminismo surge como movimento social no Brasil no decorrer da década de 70, durante a ditadura militar. Data de 1975 — Ano Internacional da Mulher — o primeiro encontro no Rio de Janeiro, do qual surgiu um dos primeiros grupos, o Centro da Mulher Brasileira. Dois jornais — *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* —, criados nos anos que se seguiram, abrem espaço para o desenvolvimento de vários grupos nas principais capitais brasileiras, particularmente no período que vai da conquista da anistia política, em 1978, às primeiras eleições para os governos estaduais, em 1982. Nesse curto período de redemocratização da sociedade brasileira, surgem, ao lado do feminismo vários movimentos sociais libertários, como os movimentos negro, homossexual, ecologista, que lutam pela criação de espaços políticos desvinculados da política representativa tradicional.

Várias pesquisadoras debruçaram-se sobre o movimento feminista brasileiro desse período, pesquisando e refletindo acerca de suas reivindica-

ções, de sua composição e das diferentes correntes políticas nele representadas; entre elas, Anete Goldberg e Sônia Miguel estudaram o feminismo no Rio de Janeiro; Heloisa Pontes e Maria Filomena Gregori, sobre o movimento em São Paulo. Esses primeiros anos são marcados pelo projeto autonomia do movimento. No entanto, com as eleições de 1982 e a gradativa recuperação pelo Estado de algumas das principais bandeiras do movimento, como saúde e violência, esses primeiros grupos feministas desaparecem, abrindo o caminho para outras formas de militância feminista.

Nos anos 80, observa-se uma progressiva institucionalização das principais bandeiras de luta e a recuperação, por parte do Estado, tanto de grupos, como de militantes, com criação de Conselhos de Direitos da Mulher, de Delegacias de Política de Atendimento à Mulher, do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher — PAISM. Também é nessa década que se observa o aumento do interesse pela pesquisa sobre mulher e gênero, que se reflete na criação de inúmeros grupos de trabalho em instituições científicas e núcleos de pesquisa nas Universidades. Em 1985, a participação brasileira na Conferência de Nairóbi atesta o importante desenvolvimento da reflexão acadêmica sobre o lugar das mulheres na sociedade brasileira, retratando claramente o vínculo estreito entre militância feminista e pesquisa acadêmica, presente desde o início do movimento no Brasil.

A década que se seguiu à Conferência de Nairóbi — 1985-1995 — não despertou grande interesse para as pesquisadoras do movimento no Brasil, pois parecia que “não havia mais movimento no país”, com o desaparecimento da maior parte dos grupos autônomos nascidos no período de redemocratização. Uma tendência entre as pesquisadoras desse campo é a de considerar que não há mais um “verdadeiro” movimento social nas organizações de mulheres hoje, ou ainda que o “autêntico” movimento feminista estaria em um momento de fechamento sobre si mesmo.

De fato, uma das grandes preocupações do movimento feminista, no início dos anos 80, estava centrada nos riscos de recuperação dos movimentos pelos partidos e por outras instituições políticas. Ora, em 1995, quando nos debruçamos sobre os questionários preenchidos pelos 167 grupos que nos responderam, demo-nos conta que a problemática da autonomia era uma questão política ultrapassada, pois quase todos os grupos que responderam à nossa pesquisa estavam vinculados, de diferentes maneiras — economicamente, pela utilização do espaço, por vínculos políticos etc. —, a uma ou a várias instituições — sindicatos, universidades, igrejas, agências internacionais de financiamento, serviço público etc. É, portanto, a partir da constatação de sua institucionalização, uma mudança política funda-

mental para o feminismo durante sua segunda década.

As mobilizações para a IV Conferência Mundial da Mulher parecem indicar que há muitas mulheres organizadas. O ano que precedeu à Conferência de Pequim — 1994 — foi muito importante para a visibilidade do movimento que tinha se desenvolvido durante essa segunda década. Em janeiro de 1994, foi organizado, no Rio de Janeiro, o primeiro encontro preparatório, ao qual foram convidadas “feministas históricas” de diferentes lugares do país. Nesse encontro, discutiu-se tanto o financiamento internacional para participação na Conferência, como a forma de pressão do movimento sobre o governo brasileiro para que suas reivindicações fossem incorporadas ao documento oficial. Quanto às estratégias de financiamento, o debate pontuava se esse devia ser individual, grupal ou global para o conjunto do movimento, assim como discutia sobre a legitimidade das agências internacionais na atribuição de verbas para o Brasil, questões que mobilizaram as mulheres presentes.

Fazer uma viagem à China era um desejo muito grande de todas as participantes das reuniões preparatórias. Todo mundo queria viajar e participar da organização do evento. Era uma forma de sonhar com a viagem, com a possibilidade de conhecer não apenas um país distante mas também de entrar em contato com mulheres de todo o planeta, fortalecendo um dos importantes valores presentes no movimento, o do “universalismo” das lutas das mulheres pela igualdade. Para muitas, ir a Pequim significava “unir o útil ao agradável” uma vez que se poderia “militar viajando”. O próprio fato de assumir esse desejo mostra uma mudança significativa na forma de militância dos anos 90, militância muito mais marcada por valores individualistas do que a dos anos 70-80 de forte cunho igualitário. De fato, um grupo importante de duzentas brasileiras — tanto subvencionadas por ONGs internacionais, como por seus próprios meios, com venda de loterias, solicitação de apoio a empresas e a políticos de diferentes partidos — foi a Pequim, para o encontro paralelo, não-governamental, constituindo-se em uma das maiores delegações da América Latina presentes na China. Mas, como em muitos eventos internacionais desse porte, as relações mais importantes estabeleceram-se entre as próprias brasileiras, pois muitas falavam apenas português. As fotos tiradas durante a conferência paralela são ilustrativas desses contatos: fotos com as coordenadoras da “articulação brasileira”, com amigas, e participação em *ateliers*, com as senadoras e as deputadas presentes, com Ruth Cardoso. Aliás, uma das principais lembranças de todas as que foram a Pequim foi a festa oferecida pela primeira-dama, na Embaixada do Brasil, no dia 7 de setembro, com samba e comida

brasileira. Na verdade, muito mais que espaço de abertura para contatos internacionais, Pequim favoreceu o reconhecimento interno do movimento brasileiro, a criação de novas redes políticas, afetivas e de novas alianças entre militantes de diferentes ONGs espalhadas em lugares diferentes de todo o Brasil.

Também entre as participantes da delegação oficial, particularmente entre as senadoras, deputadas e vereadoras, criou-se uma espécie de *communitas* que será muito importante para a consolidação do movimento das “mulheres sem medo do poder”. Inspiradas pelas decisões da Conferência, no que se refere à necessidade de aumentar a participação política das mulheres, o grupo que voltava de Pequim — no momento em que se decidia na Câmara Federal as regras das eleições municipais de 1996 — resolveu agir rapidamente a fim de nelas instituir a paridade para as mulheres nas listas eleitorais. Em dois meses, as deputadas mobilizaram-se em torno do projeto que obrigava a todos os partidos apresentarem no mínimo 20% de mulheres inscritas nas listas eleitorais. Várias ações foram levadas a cabo: inserção de *spots* publicitários na televisão, formação das mulheres candidatas etc. Para isso, foram oferecidos alguns seminários de formação seguidos por 1.200 mulheres e editado, pelo Congresso Nacional, um pequeno manual para as futuras candidatas. Alguns milhares de manuais foram gratuitamente distribuídos a quem o solicitasse. Do ponto de vista das mulheres, os resultados das eleições municipais foram um “sucesso” com a eleição de 300 mulheres prefeitas, ou seja, um aumento de 60% de participação de mulheres nesse cargo, em relação às eleições anteriores — mesmo que esse número represente apenas uma pequena proporção das 5 mil cidades brasileiras — e 7% de vereadoras — contra 3,5% no mandato anterior.

A imensa mobilização das mulheres para a Conferência de Pequim mostra que, apesar da aparente “desmobilização” na segunda década — 85-95 —, havia se desenvolvido uma grande movimentação em torno de lutas das mulheres. O movimento parece renascer das cinzas, mas não tem mais a mesma coloração libertária de seus primeiros anos. Os grupos feministas transformaram-se em bem sucedidas ONGs, a militância no movimento tornou-se uma carreira. No próximo item, refletirei sobre a trajetória dessas mulheres que são reconhecidas como “feministas históricas”.

Em outro lugar, refleti detalhadamente sobre as características das feministas brasileiras dos período 78-82 — mulheres da classe média, com cerca de trinta anos, em crise afetiva ou profissional, tendo participado de organizações de esquerda, vivido no exterior como exiladas pelo regime militar ou fazendo estudos de pós-graduação. Muitos foram os caminhos

dessas feministas que se tornaram “históricas” nos últimos 15 anos. Várias abandonaram a militância, muitas se engajaram em projetos profissionais e pessoais de cunho mais individualizante, sem, no entanto, deixarem de se reconhecer como feministas, pois “uma vez feminista, nunca mais se deixa de sê-lo”.

Para aquelas que permaneceram engajadas no projeto coletivo do movimento, a grande mudança no plano pessoal foi a transformação da militância gratuita em trabalho profissional remunerado. Esse processo não se deu homogeneamente, por todas essas militantes. Observamos, nitidamente, três caminhos tomados por essas “feministas históricas”, em sua grande maioria da classe média urbanas, com instrução universitária.

Um grupo permaneceu ligado à militância de suas instituições de origem, especializando sua atuação em serviços como saúde, educação ou violência e transformando os grupos “autônomos” em ONGs sem fins lucrativos, mas com projetos financiados por diferentes organismos estatais ou internacionais. Outra parcela, já vinculada ao serviço público, viu-se gradualmente chamada a ocupar cargos de responsabilidade em políticas públicas direcionadas às mulheres. Esse foi o caso particular de profissionais da área da saúde — médicas, enfermeiras, assistentes sociais — que se engajaram como militantes e profissionais no PAISM, multiplicando, também, a responsabilidade da implantação institucional do projeto governamental, o número de mulheres envolvidas com temáticas feministas. O último grupo dedicou-se, em um primeiro momento, a estudos de pós-graduação, desenvolvendo pesquisas sobre questões relativas às mulheres e, posteriormente, vinculou-se, profissionalmente, ao meio acadêmico e universitário.

## 2. As feministas históricas nas ONGs

A busca por financiamento para a militância feminista começa, já no início dos anos 80, a ser realizada por grupos que têm projetos de atuação com mulheres de camadas populares, como os SOS Mulher, que buscavam atender às mulheres vítimas de violência. Com o financiamento — em geral proporcionado por instituições de financiamento internacionais, que começaram a investir no Brasil —, tem início o processo de *onguisação* pelo qual passarão vários importantes grupos feministas “autônomos” da primeira década, como por exemplo o SOS Corpo, de Recife, o Grupo das Mulheres, da Ilha de São Luís do Maranhão, o Coletivo Feminista de Sexualidade e Saúde e o Centro de Informação da Mulher — CIM —, ambos de

São Paulo. As ONGs desempenham hoje um importante papel de mobilização do movimento feminista por diferentes razões. Primeiro, porque concentram o núcleo do feminismo dos anos 70-80, vivido histórico que lhes confere um grande poder de informação e de reconhecimento no interior do movimento. Segundo, porque são grupos que têm uma boa situação econômica, pois são instituições reconhecidas internacionalmente por agências de financiamento, situação que lhes permite aumentar constantemente seu raio de influência no interior do movimento, pois suas ações mobilizam outros grupos de mulheres e de feministas isoladas.

As ONGs são um dos espaços de profissionalização das feministas históricas, mulheres que têm hoje mais de quarenta anos. Profissionalização com características muito particulares, pois exige uma “postura feminista”. Nossa pesquisa mostrou que, dentro do movimento as ONGs, há um espaço de investimento pessoal das participantes em que o trabalho mistura profissão com amizade e com paixão. O trabalho em uma ONG aproxima-se de modelos militantes consagrados como o trabalho noturno e o de fins de semana, sem pagamento suplementar. No fundo, há sempre uma causa para a qual esse trabalho extra é solicitado.

A transformação dos grupos autônomos em ONGs implicará na mudança dos critérios de inserção nos grupos. De grupos abertos a toda e qualquer interessada, “fecham”-se em diretorias e conselhos. As ONGs passam por diferentes etapas de constituição: de um projeto igualitário, no qual a utopia da abertura à participação de qualquer um estava presente, o grupo fecha-se cada vez mais, criando regulamentos e diferenças entre participantes. Em geral, passado algum tempo de criação, constitui-se uma hierarquia dentro da instituição, entre as dirigentes que são “feministas históricas” e um outro grupo de mulheres — e de homens — que integram os grupos como “empregadas”, jovens que vão se formar, elas também, no feminismo, fazendo parte do grupo de “novas feministas” que analisarei no próximo item. Nem sempre essas “empregadas” consideram-se “militantes”, preferindo a auto-identificação de “participantes” do movimento.

### Pesquisadoras e professoras: A formação em “gênero”

A Universidade será um dos outros pólos de concentração de feministas históricas que investe no ensino e na pesquisa como espaço de realização profissional e pessoal. Pólo que desempenhará um papel fundamental na transmissão das teorias feministas que se constituem na interseção entre

movimentos sociais e academia, às “novas feministas” de diferentes gerações uma vez que será sobretudo em dois campos de formação que essas se encontrarão. O primeiro campo concentra-se na formação de pesquisa sobre mulher e gênero, que ocorre prioritariamente hoje nos cursos de pós-graduação e nas equipes de pesquisa que envolvem jovens pesquisadores de iniciação científica, e, em menor proporção, nos cursos de graduação nos quais ainda são tímidas as iniciativas de ensino de gênero. O segundo campo é o de formação oferecida por professoras universitárias às militantes dos movimentos sociais e sindicais, formação feita por meio de cursos de extensão e palestras.

A maior parte das jovens feministas de nossa investigação descobriram o feminismo, seja por sua formação universitária — quando se trata de jovens das camadas médias —, ou política — para as mulheres de camadas populares engajadas nos movimentos sociais, particularmente no campo ou na vida sindical em meio urbano.

No Brasil, como em outros países do mundo, a pesquisa sobre as mulheres já existia antes da emergência do movimento feminista nos anos que se seguiram às manifestações estudantis de 1968. No entanto, será a partir dos anos 80 que se observará um enorme desenvolvimento da pesquisa universitária sobre as mulheres, sobretudo na área das ciências humanas e letras.

A formação em teoria feminista é a responsável pelo alargamento da categoria gênero no Brasil, provavelmente porque temos nas ciências sociais brasileiras uma forte tradição de engajamento político. A palavra gênero espalhou-se nos discursos de esquerda no Brasil. Hoje, na maior parte dos sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores — CUT, existem regularmente cursos de gênero, freqüentados também por homens. O gênero é uma categoria muito empregada por militantes de diferentes movimentos sociais, particularmente por aqueles que militam no movimento sindical ligado à CUT, central próxima ao Partido dos Trabalhadores — PT. Ao traçar a história da categoria gênero no interior do movimento sindical cutista, percebemos o papel central de algumas pesquisadoras ligadas à Universidade, que introduzirão o gênero, a partir do final dos anos 80, em diferentes cursos de formação sindical.

A categoria gênero vem também sendo usada, mais recentemente, por alguns grupos ligados à corrente da *teologia da libertação*, presentes tanto na Igreja Católica, como em outras igrejas, grupos tradicionalmente vinculados à esquerda, mas bastante refratários ao discurso e às práticas feministas durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira. O diálogo entre movimentos sociais e academia é também fundamental para a

incorporação do “gênero” nos grupos e pastorais ligados à Igreja, pois as teólogas feministas — grupo de universitárias em franca expansão em algumas universidades religiosas, como na Universidade Metodista de São Bernardo — ministram regularmente cursos de formação para mulheres das ditas “bases”. Desde os anos 1992-1993, um dos mais importantes centros de formação dos líderes católicos, ligados à *teologia da libertação*, o CESEP, oferece regularmente um curso de formação de 150 horas intitulado Pastoral e Relações de Gênero.

### As feministas do Estado: administrações, conselhos e serviços

Finalmente, um terceiro grupo, o das “feministas históricas”, pode ser encontrado no aparelho estatal, tanto em cargos políticos, como na própria carreira administrativa.

Desde as eleições de 1982, momento no qual muitas feministas “trocaram” a militância nos grupos autônomos pela carreira política, inúmeras “feministas históricas” passaram a trabalhar vinculadas a diferentes organismos do Estado: em secretarias e assessorias políticas, em conselhos de defesa dos direitos da mulher. Além do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, foram criados inúmeros conselhos estaduais e municipais, nos quais passaram a atuar como “feministas de carteirinha”, auto-designação que elas próprias criaram.

Um outro grupo passou a atuar em cargos administrativos, seja porque já eram funcionárias públicas de carreira, seja porque foram chamadas a ocupar os ditos “cargos de confiança”. Com a pressão do movimento feminista, algumas áreas como violência e saúde receberão especial atenção da maior parte dos novos governos.

O caso das delegacias da mulher será exemplar para essa nova preocupação política com as mulheres. Desde a criação da primeira delegacia, em 1985, em São Paulo, não se parou de criar delegacias similares em todos os estados brasileiros, representando, hoje, um dos pólos do feminismo profissional. A área de segurança pública, apesar de não ter sido um espaço ocupado por “feministas históricas” — provavelmente pela história das militantes da época, marcada pela repressão política e policial do período da ditadura militar —, é hoje um lugar numericamente bastante importante para a profissionalização feminista, constituindo-se em lugar bastante investido por jovens egressas de cursos universitários como direito, serviço social e psicologia. Lugar ocupado, na maior parte das vezes, por advogadas de

meia-idade, que se converteram ao feminismo a partir de sua inserção nas delegacias de mulheres, mas, também, de forma crescente, por jovens assistentes sociais e psicólogas formadas no campo dos estudos de gênero.

Enquanto na área da segurança pública, a criação das delegacias da mulher exige a formação de quadros competentes para atuar no campo da violência, na área da saúde acontece um fenômeno bastante diferente, mas com resultados similares. No início dos anos 80, o governo brasileiro — preocupado com o crescimento demográfico e sob pressão tanto da ONU, como de diferentes instituições neomaltusianas — lança o PAISM. Esse projeto governamental é, no entanto, literalmente acaparado por uma parcela significativa das feministas profissionais do campo da saúde que consegue intervir na implantação nacional do PAISM. É nesse misto de militância e de prática profissional que feministas passarão a ocupar um lugar importante na montagem e na aplicação do projeto. É importante lembrar que a contracepção e a discussão sobre a sexualidade feminina ocupavam um lugar muito importante nos debates e nas propostas dos primeiros agrupamentos feministas, e a implantação do PAISM serviu, também, à ampliação do movimento entre profissionais da área médica chamadas de ofício a implantar o projeto governamental em um número elevado de municípios brasileiros. Passados quase 15 anos da implantação do PAISM, criou-se um grupo significativo de feministas profissionais no campo da saúde atuando tanto em hospitais e postos de saúde, como em secretarias.

Aos poucos vem sendo criadas, sobretudo em prefeituras administradas pelo PT e permeáveis à pressão feminista, vários projetos dedicados às mulheres, como albergues para mulheres vítimas de violência, existentes hoje em cidades como Santo André, Porto Alegre, Fortaleza, e Rio Branco, onde a Casa Rosa Mulher, especializada no atendimento de mulheres vítimas de violência, foi considerada, em 1996, um modelo de política pública, recebendo um dos mais importantes prêmios dos concursos anuais do Programa de Políticas Públicas e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas e Fundação Ford.

Muitos desses projetos são dirigidos por “feministas históricas” que, de alguma forma, sempre foram reconhecidas como possuidoras de uma dupla militância e que escolheram a administração pública. No entanto, essas mulheres, hoje com cerca de quarenta e cinquenta anos, são minoritárias na execução dos projetos que dirigem, esses sendo em geral levados a cabo por uma maioria de feministas da nova geração, como veremos no item a seguir.

### 3. As “novas feministas”: jovens e senhoras

Como mostraram várias pesquisadoras do feminismo no Brasil, o movimento da primeira década — 1975-1985 — não era um movimento de jovens mulheres. Como raras exceções, o feminismo era dominado por balzaquianas que haviam tido outros engajamentos políticos de esquerda antes de descobrirem a luta das mulheres. Ora, em 1995, constatamos uma forte presença de mulheres de outras gerações — menos de trinta anos e mais de sessenta anos — nas reuniões preparatórias para a Conferência de Pequim e na maior parte dos grupos que responderam nosso questionário.

As jovens feministas estão presentes majoritariamente em quatro espaços: nos movimentos sociais rurais, nas administrações públicas de partidos de esquerda, como empregadas de ONGs e nos grupos que chamamos de “dupla identidade” — particularmente de negras e de lésbicas. Já as “senhoras” nos pareceram mais presentes no campo da política representativa e em grupos de “dupla identidade”, como em grupos de terceira idade.

#### As jovens camponesas sem terra

É sobretudo no Movimento de Mulheres Agricultoras e no Movimento Sem Terra — MST — que se encontra a maior parte das jovens militantes de menos de trinta anos, mas a maior parte não se autodenomina “feminista” e, sim, como fazendo parte do “movimento de mulheres”. A organização das mulheres camponesas remonta aos anos 80, quando, graças à pressão do Movimento de Mulheres Agricultoras, foi conquistado o direito à aposentadoria e o reconhecimento pelo Estado de sua condição de trabalhadoras no campo, uma das principais conquistas das trabalhadoras rurais. Mas, nessa época, eram as mulheres mais velhas as mais combativas, provavelmente em razão da principal luta das mulheres naquele momento. No entanto, é com o vertiginoso crescimento do MST, durante os anos 90, que as jovens mulheres rurais engajam-se profundamente nas lutas agrárias, incorporando, pouco a pouco, lutas feministas em suas bandeiras, como o direito à educação das mulheres, as lutas contra a violência e o acesso à livre contracepção.

Os documentos dos grupos de mulheres camponesas que nos foram enviados — panfletos, boletins — mostram que mesmo se a palavra “feminismo” é raramente empregada, seus *slogans* são muito próximos das grandes lutas feministas brasileiras, como a luta contra a violência conjugal, pelos

direitos reprodutivos, pelo acesso à educação e à independência das mulheres, e os textos refletem também o desejo de amor compartilhado, por prazer, e de acesso sem culpa à sexualidade. Esses direitos, reivindicados pelas camponesas dessa nova geração, estão em sintonia com novos valores individualizantes transmitidos pelas imagens de novelas e de outros programas de televisão. Nossos dados mostram que as jovens camponesas do MST são, em grande parcela, mulheres casadas, mães de crianças pequenas. Elas contam que entraram no movimento acompanhando maridos e companheiros, em geral logo após o casamento, pois não haviam herdado terras de seus pais agricultores, pequenos proprietários empobrecidos por uma política agrária que há muito tempo privilegia apenas os grandes proprietários. Fortemente marcadas pela questão da reprodução e por seu desejo de não repetir o modelo demográfico de sua família de origem, no qual suas mães tiveram uma dezena de filhos, elas querem serem esterilizadas depois do nascimento do terceiro e, às vezes mesmo do segundo filho. Mesmo tendo uma fraca escolarização, pois o ensino formal oferecido nas zonas rurais não passa das quatro primeiras séries primárias, sonham em continuar a estudar, o que conseguem, muitas vezes, ao participar dos cursos de formação política do MST, às vezes até no exterior.

### As jovens nas administrações públicas

Um outro espaço que concentra “jovens feministas” são as prefeituras dirigidas pelo Partido dos Trabalhadores, importantes pólos de recrutamento profissional de militantes. Por isso, muitas jovens recém-egressas da universidade têm aí seu primeiro emprego estável, pois uma parte importante dos cargos no interior das administrações públicas brasileiras são “cargos de confiança”, ocupados por indivíduos indicados pelo partido que ganha as eleições. Como já levantei no item anterior, as políticas públicas voltadas às mulheres tornaram-se um importante campo profissional no interior das prefeituras. Portanto, para muitas das jovens, o feminismo aparece mais como possibilidade de trabalho do que apenas como feminismo, por intermédio dos cursos oferecidos durante sua formação universitária, ou por meio da participação no movimento estudantil, que concentra um núcleo forte de jovens identificadas com o ideário feminista. Mas é a formação em campos específicos da prática social — como saúde, educação, direito, serviço social, psicologia etc. — que lhes permite ocupar esses cargos.

As jovens feministas — que participam seguidamente e de forma bastante visível no PT e nos aparelhos de poder da esquerda — têm, no entan-

to, muita dificuldade de se imporem no seio dessas instâncias políticas, em razão das diferenças que se estabelecem para além do campo político e que as afastam também da maioria das feministas históricas. Essa é uma pequena observação etnográfica das estratégias que as jovens da nova geração denominam “política da subjetividade feminista”.

Dezembro de 1992, festa de fim de ano dos funcionários da prefeitura de Porto Alegre, dirigida pelo PT durante quatro anos. O PT foi reeleito, mas as novas alianças políticas exigem o afastamento de alguns secretários e funcionários, em particular de algumas mulheres. Um grupo de jovens feministas prepara-se para a festa. Acompanho os preparativos que duram vários dias: todo mundo se telefona, perguntando-se como vestir-se, como apresentar-se publicamente em um momento de “fracasso político”, pois essas mulheres sentem-se perseguidas como mulheres, por sua forma de fazer política no feminino. Alguns dias mais tarde, uma delas me conta que elas “arrasaram” na festa, que eram as mais bonitas, as mais interessantes e sedutoras entre as mulheres militantes do PT presentes:

Tu sabes bem o quanto nós irritamos esse pessoal do Partido, tanto por nossa maneira de vestir, de cuidar, de prestar atenção no nosso corpo, fazendo ginástica, massagens, nadando ou *jogging*, como também pelo fato de a gente não ter vergonha de se mostrar bem feminina, usando batom, pintando as unhas e mesmo usando minissaia, o que não é muito recomendável em algumas rodas. Prá eles, tudo isso é muito “pequeno burguês”. Até as feministas mais históricas, que são mais velhas do que a gente, que passaram pela repressão da ditadura e tudo mais, no olham como se a gente fosse umas fúteis que só se interessam por seduzir os homens. Tu sabes que os caras não nos interessam tanto assim, que a gente se produz mais para mostrar que pode ter outro jeito de ser mulher, bem diferente desses *clichés* tipo *jeans* e camisetas que não significam o mesmo para as mulheres de nossa geração que, para elas, vêm nesse tipo de vestimenta um forma de buscar a igualdade com os homens.

## Reivindicando uma dupla identidade: negras e lésbicas

Uma das principais constatações de nossa pesquisa é o crescente desejo de reconhecimento de novas identidades combinadas ao feminismo, como a de negras ou de lésbicas, grupos nos quais a presença de jovens é bastante significativa.

De fato, há uma grande efervescência em torno da identidade negra no decorrer dos anos 90, que se reflete na criação de vários grupos de mulhe-

res negras. Esses grupos lutam contra a dupla discriminação que sofrem as negras na sociedade brasileira, submetidas a menores salários, maior risco epidemiológico, a estereótipos degradantes, a marginalidade e, algumas vezes, até mesmo à esterilização indesejada. A raça ainda permanece um importante fator de discriminação e de hierarquização social no Brasil, ainda que seja denunciada de forma sistemática pelo movimento negro e graças à maior visibilidade dos negros em instâncias de poder, como atesta a eleição de duas senadoras negras pelo PT.

Contudo, além da denúncia à dupla discriminação que sofrem como mulheres e negras, esses grupos estão também muito preocupados na construção de um modelo estético próprio às mulheres negras, desvalorizadas eticamente pelos modelos dominantes de feminilidade mostrados na mídia brasileira, centrados em um ideal de mulher “morena” porém branca. Não é por acaso que uma das propostas das ONGs de mulheres negras, nos encontros feministas, seja a animação de “ateliers de estética negra” que ensinam como se vestir, como se maquiar, como tratar dos cabelos, seguindo modelos africanos. Essa estética é hoje um importante fenômeno de consumo cultural no Brasil, por meio do desenvolvimento de grupos de música, como grupos de *rap* feministas animados por mulheres negras, e mesmo de uma revista mensal de grande circulação que tem como objetivo o jovem público negro de classes média.

Quanto aos grupos lésbicos, o mesmo parece ocorrer na busca do reconhecimento de uma dupla opressão: de mulher e de lésbica. A problemática da sexualidade, questão central do feminismo, não mobilizou, no entanto, o movimento brasileiro dos anos 70 e 80, tal como ocorreu em outros lugares do mundo, em particular nos Estados Unidos, onde as lésbicas detêm um importante lugar no interior do movimento. Os grupos lésbicos não são tão visíveis quanto os grupos de negras, mas crescem significativamente nos anos 90, provavelmente pelo papel importante das lésbicas nas ONGs que trabalham no campo da AIDS. Nossa pesquisa apontou que a problemática lésbica parece sair timidamente do gueto das grandes cidades do sudeste para tornar-se um assunto de debate em regiões mais tradicionais, como pude constatar por exemplo junto a militantes feministas na cidade de Natal.

Essas novas identidades estão muito presentes nos programas de televisão. Todas as problemáticas de “novas identidades” — Sem-Terras, negros, homossexuais — foram tratadas pelas novelas, nos últimos anos, de forma bastante “progressista”. No entanto, mesmo se elas já têm visibilidade na mídia, são as lésbicas as que continuam quase imperceptíveis na representação televisiva, pois observamos, em outra pesquisa sobre a violência na

mídia, que a problemática da homossexualidade, quando tratada, restringe-se praticamente às relações homoeróticas entre homens.

## Novas feministas sem medo do poder

Enquanto são prioritariamente as jovens que trabalham no executivo, são as mulheres mais velhas, com maior experiência profissional, que têm sido eleitas para o legislativo como senadoras, deputadas federais e estaduais, vereadoras. Há, nesse grupo, algumas “feministas históricas”, mas prefiro classificar a maior parte dessas mulheres políticas como “novas feministas”, ou seja, mulheres que se reconhecem no movimento, no decorrer dos anos 90.

Desde o início dos anos 80, há, no interior do movimento feminista, reivindicações de um projeto político de representação das mulheres expresso na candidatura de algumas militantes, já nas eleições de 1982. Porém, foram as eleições de 1994 que abriram o caminho a uma maior participação das mulheres no campo legislativo, com a eleição de seis senadoras — representando 8,7% do total do senado —, e 34 mulheres à Câmara dos Deputados — equivalente à 7,2% do total dessa Casa. Representação política que se ampliará em 1996, nas eleições municipais, a partir da implementação da cota de 20% de mulheres candidatas em todas as listas eleitorais partidárias.

Poucas foram, entre essas novas deputadas, aquelas que se elegeram em função de um programa feminista. Muitas não se consideram como tal. No entanto, a grande maioria aderiu, desde o início de seu mandato, à bancada feminina, grupo supra-partidário que busca defender interesses das mulheres. É evidente que a adesão à bancada feminina — ou “bancada do batom”, denominação dada pela imprensa à organização das mulheres no Congresso — se fez para muitas deputadas pela pressão coletiva em torno de projetos “para as mulheres”, mas também pelo *lobby* feminista feito sobre as mulheres congressistas particularmente pela ONG especializada em pressão parlamentar, o *Cfêmea*.

Muitas eram reconhecidas como “boas profissionais”, professoras, advogadas, economistas, psicanalista, médicas etc., mas raramente como militantes feministas, mesmo que sua geração corresponda à das feministas históricas. Uma grande parte das candidaturas surgiu no âmbito de lutas sindicais de suas respectivas categorias, seguidamente de setores feminizados como o ensino, o trabalho social ou a saúde. Um grupo menor de deputadas é composta por filhas ou esposas de políticos reconhecidos — candidaturas

muitas vezes estratégicas por parte de oligarquias de algumas regiões do país, onde, por falta de descendência masculina, as filhas recebem a herança política da família.

As duas denominações dadas publicamente à bancada das mulheres no Congresso — bancada do batom e mulheres sem medo do poder — refletem, no meu entender, as contradições e ambigüidades do grupo de mulheres parlamentares. Por um lado, a autodenominação de mulheres sem medo do poder, fala da determinação das parlamentares em ocupar o espaço político, associado simbolicamente à masculinidade e ao espaço público. Por outro, a designação de bancada do batom, tão bem aceita pelas parlamentares, parece refletir a preocupação dessas “novas feministas” com a representação pública de suas identidades de gênero. Preocupação que reflete também a ambigüidade que o papel de mulher política representa socialmente. Não me parece por acaso que a imprensa brasileira, ao lado de comentários sérios sobre as mulheres políticas, refira-se regularmente ao estilo vestimentar dessas mulheres, comentando penteados e trajes, pois essa preocupação reflete também a preocupação dessas “novas feministas” com a autorepresentação de feminilidade.

Para muitas das “feministas históricas”, essas mulheres não são feministas. No entanto, discordo dessa posição, pois creio que as mulheres sem medo do poder lutam por uma reivindicação fundamental do feminismo, desde suas origens no século XIX — particularmente pela corrente socialista revolucionária e de outra forma pelas sufragistas —, que é a questão do acesso das mulheres ao espaço da política representativa.

### Novas feministas para além da terceira idade

Finalmente, entre os diferentes grupos nascente e as novas vocações feministas, há um outro grupo surgindo, composto por mulheres de mais de 60 anos que tiveram diferentes trajetórias pessoais — como donas de casa ou como profissionais — mas que agora encontram-se em grupos sindicais de aposentadas e da terceira idade. Muitas — mães e avós — passaram de alguma forma ao largo da politização feminista do pós-68, mas agora descobrem fascinadas algumas das conquistas das gerações que as sucederam, como a sexualidade sem culpa, a possibilidade de cuidar de si e de dedicar-se a alguma causa. As universidades da terceira idade que vêm se desenvolvendo na maior parte das capitais parecem ter um papel decisivo nessa tomada de consciência feminista, entre as mulheres mais velhas — tanto pelos cursos de atualização, como pelos cursos de formação de profissio-

nais especializados em gerontologia. De alguma forma, esses centros universitários são um pólo transmissor de novos valores associados à velhice, nos quais a liberação das mulheres ocupa um papel bastante importante ao lado de reflexões sobre as discriminações e as violências de que as mulheres idosas são vítimas na sociedade brasileira. Liberação vinculada, muitas vezes, à viuvez ou a uma separação tardia do marido. Esse grupo de “novas feministas” é ainda incipiente, mas aponta também para a significativa ampliação da consciência feminista no Brasil para mulheres de diferentes gerações.

## Conclusões

Nos anos 90, observa-se um significativo crescimento do feminismo no Brasil. O movimento, que nos anos 70-80 restringia-se a uma vanguarda de jovens mulheres intelectualizadas das camadas médias urbanas, abarca, hoje, mulheres de diferentes camadas sociais, tanto no meio rural, como no urbano, assim como mulheres de diferentes gerações. Constatamos, a partir de dados obtidos em vasta pesquisa sobre o movimento no Brasil, que dele participam hoje tanto jovens, quanto mulheres de meia e de terceira idade, mas elas não ocupam no movimento nem o mesmo lugar nem as mesmas responsabilidades, pois apenas as “feministas históricas”, ou seja, aquelas que participam do movimento há mais de 15 anos, detêm o poder de representação simbólica do movimento. Entre essas três gerações, reconheço a presença majoritária de mulheres mais velhas no espaço da política representativa, a da geração intermediária nas ONGs e nas Universidades e as jovens nas redes militantes de esquerda que articulam várias identidades.

A VI Conferência Internacional da Mulher, realizada pela ONU, em setembro de 1995, em Pequim, teve um papel preponderante para a visibilidade de diferentes grupos, organizações e projetos dedicados às mulheres, unificando-os em torno da articulação feminista. No entanto, persistem divisões dentro do movimento entre grupos e projetos feministas. Divisões essas que classifiquei, neste artigo, em dois grandes grupos: o das “feministas históricas” e o das “novas feministas”.

Parece-me que, por trás da divisão entre “feminista históricas” e “novas feministas”, há uma tensão subliminar em torno de questões ligadas à estética e às representações de gênero, particularmente no que se refere ao feminino. A questão da feminilidade, central na definição da identidade de gênero das mulheres, foi tratada pelo feminismo dos anos 70-80, no âmbito da ótica igualitária e na busca de indiferenciação entre mulheres e homens,

expressa, particularmente, no plano vestimentar. A especificidade e uma volta a um “essencialismo” do feminino parecem-me uma das reivindicações recorrentes das “novas feministas”, sejam elas negras em busca de uma estética específica com valores positivos da identidade de negra — que, no caso, é um modelo ideal de africana —, sejam elas jovens militantes que se vestem pelo prazer de “seduzir” usando roupas provocadoras, sejam elas “mulheres de poder”, que se destacam por seus “modelitos”.

Contudo, por trás dessas particularidades, algumas palavras de ordem do feminismo da década passada — como “o pessoal é político” — foram bastante incorporadas pelo conjunto das militantes. A política da subjetividade, proposta pela corrente mais libertária do movimento desde seu início, hoje reivindicada por uma parcela das “novas feministas”, permanece sendo, no meu entender, uma das principais conquistas do movimento brasileiro das duas últimas décadas, postura que, de alguma forma, extrapola o campo da política feita pelas mulheres.

O que observamos é que existem hoje, no Brasil, muitos feminismos, muitas formas de se identificar dentro desse campo político, muitas formas de participar e de militar. Esses diferentes feminismos têm, muitas vezes, modelos contraditórios entre si que vão muito além dos debates do movimento nos anos 70-80 sobre a prioridade entre “ação” ou “reflexão”, ou sobre a militância junto às classes médias ou às classes trabalhadoras. Trata-se, hoje, de pensar e propor outras formas de fazer política e também de fazer carreira a partir de valores e de práticas feministas. Carreira e profissão não são mais coisas a serem conquistadas e sim uma realidade de todas as mulheres, sejam elas “novas” ou “históricas”.

*Abstract. Since the 90's, a significant growing of feminism can be perceived in Brazil. This movement, restricted to a vanguard of young intellectualized women of middle urban classes, encompasses nowadays womwn of different social levels, in both rural and urban milieu, and of different generations. Basing herself in an exaustive empirical research, the author builds a generational typology of Brazilian feminist movement, having two important reference groups, the historic and the new feminists.*

*Résumé. Dès les années 90, on aperçoit une rémarquable croissance du mouvement féministe au Brésil. Le mouvement, qui était restreint à une avant-garde de femmes intellectualisées des couches moyennes urbaines, comprend, aujourd'hui, des femmes de différentes générations. A partir d'une recherche empirique exhaustive, l'auteur bâtit une typologie générationnelle du mouvement féministe brésilien,*

ayant deux grands groupes de référence, les féministes historiques et les nouvelles féministes.

## Referências bibliográficas

- COSTA, Albertina de Oliveira, (1997) “Les études sur les femmes au femmes au Brésil ou la stratégie de la corde raide”, in *Cahiers Etudes Féministes* de l’Université Paris VII — CEDREF, n. 6, Politique et Recherche Feministes, regards croisés: Brésil, Quebec, France. Paris: Jussieu.
- LANDIN, Leilah, (1993) “A invenção das ONGs — Do serviço invisível à profissão sem nome”, tese de doutorado. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ.
- LOWY, Michael, (1988) *La guerre des dieux (Religion et politique en Amérique Latine)*. Paris: Du Félin.
- GOLDBERG, Anete, (1987) “Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado.
- . (1991) *Le dire et le faire féministes: Une approche socioculturelle du Brésil contemporain*, thèse de doctorat en histoire et civilisations. Paris: Jussieu.
- GREGORI, Maria Filomena, (1993) *Cenas e queixas: Mulheres e relações violentas*. Rio de Janeiro/São Paulo: ANPOCS/Paz e Terra.
- GROSSI, Miriam Pillar, (1988) “Discours sur les femmes battues: Représentations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul”, thèse de doctorat. Paris: Université de Paris V — René Descartes.
- . (1997) *A violência contra a mulher e contra grupos minoritários — Do “real” das páginas do jornal à ficção da televisão*. 49º Congresso Internacional dos Americanistas, Quito.

- GROSSI, Miriam Pillar, (1997) *Féminismes et génération politiques des années 90 au Brésil*", in *Cahiers Etudes Féministes* de l'Université Paris VII — CEDREF, n. 6, Politique et Recherche Feministes, regards croisés: Brésil, Quebec, France. Paris: Jussieu.
- GROSSI, Miriam & MIGUEL, Sônia, (1995) "Cartografia de organizações de mulheres/feministas/de gênero no Brasil", *Cadernos Primeira Mão*, n. 10. Florianópolis: PPGAS/UFSC.
- GUIGOU, Elizabeth, (1997) *Être femme en politique*. Paris: Plon.
- MACHADO, Ana Maria, (1995) "Ventre livre", filme produzido pela Casa de Cinema de Porto Alegre, com financiamento da Fundação MacArthur.
- MIGUEL, Sônia Malheiros, (1988) "Feminismo: um olhar para dentro", dissertação de mestrado. Florianópolis: PPGSP/UFSC.
- MINELLA, Luzinete Simões, (1997) "Representações femininas sobre a experiência da esterilização". Florianópolis: Revista do Centro de Ciências Humanas/UFSC, vol. 15, n. 21, pp. 199-230.
- PONTES, Heloisa, (1986) "Do palco aos bastidores", dissertação de mestrado. Campinas: Antropologia/UNICAMP.
- SARTORI, Ari, (1998) "As políticas afirmativas e as questões políticas de gênero em setores identificados com valores e práticas de esquerda na cidade de Florianópolis. Projeto de Pesquisa de mestrado, Florianópolis: PPGAS/UFSC.
- SCHWADE, Elisete, (1993) "A luta não parte da vida, é a vida", dissertação de mestrado. Florianópolis: PPGAS/UFSC.

